

## **TERMOS DE REFERÊNCIA**

FONECIMENTO DE 12 (DOZE) MOTORES PARA OS PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO GLÓRIA E RODELAS, INTEGRANTES DO SISTEMA ITAPARICA, NO ESTADO DA BAHIA, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

## **SUMÁRIO**

1.	OBJETO.....	3
2.	LOCAL DOS FORNECIMENTOS .....	3
3.	DESCRIÇÃO GERAL .....	3
4.	ESTIMATIVA DE CUSTOS .....	4
5.	TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO .....	4
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	4
7.	VISITA TÉCNICA .....	4
8.	PRAZO DO FORNECIMENTO .....	5
9.	PRAZO DE GARANTIA.....	5
10.	GARANTIAS .....	5
11.	INTERPRETAÇÕES E ESCLARECIMENTOS .....	6
12.	HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	6
13.	PROPOSTA FINANCEIRA.....	7
14.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	8
15.	FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	8
16.	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.....	9
17.	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	10
18.	FISCALIZAÇÃO.....	10
19.	RECEBIMENTO DO OBJETO .....	10
20.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11

### **ANEXOS:**

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**ANEXO III – QUADRO COMPLEMENTAR**

**ANEXO IV – TERMO DE PROPOSTA**

## **TERMOS DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

Fornecimento, transporte, carga, descarga e testes em fábrica de 12 (doze) motores de 200CV para os Perímetros de Irrigação Glória e Rodelas, integrantes do Sistema Itaparica, no Estado da Bahia, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

### **2. LOCAL DOS FORNECIMENTOS**

Os Perímetros de Irrigação de Glória e Rodelas localizam-se na margem direita do rio São Francisco, nos municípios de Glória e Rodelas, no norte do estado da Bahia. Esses Perímetros distam, respectivamente, cerca de 45km e 115km do município de Paulo Afonso-BA, pela rodovia estadual BA-210, sua principal via de acesso. Esta rodovia conecta-se com as rodovias federais BR-110 e BR-116, que ligam a sede do município com a capital do estado e as outras regiões do país.

As coordenadas geográficas que delimitam a área do Perímetro de Glória são as seguintes:

- Latitude Sul: entre 9º08'04" e 9º04'22"; e
- Longitude Oeste: entre 38º22'44" e 38º23'31".

As coordenadas geográficas que delimitam a área do Perímetro de Rodelas são as seguintes:

- Latitude Sul: entre 8º51'56" e 8º51'09"; e
- Longitude Oeste: entre 38º44'05" e 38º49'35".

### **3. DESCRIÇÃO GERAL**

O objetivo desses Termos de Referência é o estabelecimento de normas, critérios e condições contratuais principais para o fornecimento das informações que permitam a elaboração de propostas e posteriormente a seleção e a contratação de empresas para fornecimento dos equipamentos abaixo especificados.

Os equipamentos, objeto dessa licitação, serão contratados em conformidade com as Especificações Técnicas – Anexo I e Planilha Orçamentária – Anexo II, que são partes integrantes desses Termos de Referência e deverão ser entregues nos Perímetros e nas quantidades indicadas na tabela abaixo.

DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO				
Item	Local do Fornecimento	Equipamento a ser Fornecimento	Und	Quant.
01	Glória	Motor elétrico de indução trifásico; com potência de 200 CV; tensão de alimentação em 380/660 V; frequência 60Hz; rotação 1.780RPM; isolamento H; IP/IN 7,0; Categoria N; IP W 55.	und	3,00

02	Rodelas	Motor elétrico de indução trifásico; com potência de 200 CV; tensão de alimentação em 380/660 V; frequência 60Hz; rotação 1.780RPM; isolamento H; IP/IN 7,0; Categoria N; IP W 55.	und	9,00
----	---------	--	-----	------

#### 4. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A CODEVASF se propõe a pagar o valor máximo global estimado de R\$ 549.156,80 (quinhentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), incluso BDI, encargos, taxas, impostos e emolumentos. Os custos orçados estão em compatibilidade com os preços de Cotações-Novembro/2013.

#### 5. TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

A presente licitação é do tipo “menor preço”, a ser contratada pelo regime de “menor preço por item” (Art. 45, Parágrafo 1º, inciso I), reger-se-á pela Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, com as alterações da Lei N.º 8.883, de 08/06/94, e Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998.

#### 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Não será permitida, nesta licitação, a participação de empresas:

6.1.1. Sob a forma de consórcio, e nem a subcontratação total ou parcial do objeto.

6.1.2. Estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

6.1.3. Cujos seus empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na CODEVASF.

6.2. As licitantes deverão se inteirar dos fornecimentos/serviços, incluindo local de entrega, a serem fornecidos e avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução.

#### 7. VISITA TÉCNICA

7.1. Às licitantes recomenda-se visitar os locais onde serão fornecidos os equipamentos, visando identificar o grau de dificuldade a ser encontrado. Para assim, ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do fornecimento, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato.

7.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação “in loco” das dificuldades e dimensionamento dos dados à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades e dados, não poderá ser avocada no

desenrolar dos trabalhos, como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

**7.3.** Os custos de visita aos locais dos fornecimentos correrão por exclusiva conta da licitante.

**7.4.** A visita ao local onde serão fornecidos os equipamentos deverá ser marcada com antecedência mínima de 48h(quarenta e oito horas) e deverá ser realizada em horário comercial.

## **8. PRAZO DO FORNECIMENTO**

O prazo para fornecimento dos equipamentos, objeto desta licitação, será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de expedição da Ordem de Fornecimento.

## **9. PRAZO DE GARANTIA**

A contratada deverá assegurar garantia pelos equipamentos fornecidos, objeto desses termos de referência, por um período de 12 (doze) meses. Esta garantia deve abranger todo e qualquer defeito oculto, projeto, fabricação, componentes e desenhos de equipamentos, quando submetidos a uso e conservações normais.

O prazo de 12 (doze) meses de garantia dos equipamentos é contado a partir da data de término da instalação, ou de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de entrega no local de instalação, prevalecendo o evento que ocorrer primeiro.

## **10. GARANTIAS**

**10.1.** A contratada se responsabiliza pela garantia de que os equipamentos/materiais/peças objeto destes Termos de Referências são novos, sem uso e livres de defeitos de projeto, fabricação ou de material.

**10.2.** Em caso de falhas, no período de garantia, a empresa contratada se obriga a efetuar a reposição imediata dos elementos defeituosos sem qualquer ônus para a CODEVASF. Se qualquer peça apresentar defeito e ficar comprovado que a falha é causada por projeto incorreto, a contratada se obriga a substituí-la em todas as unidades fornecidas, sem ônus para a CODEVASF.

**10.3.** A contratada será responsável por todo o escopo do fornecimento, mesmo tendo obtido a aprovação da CODEVASF em seus desenhos e cálculos.

**10.4.** A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelo desempenho dos equipamentos, os quais devem ter sido adequadamente projetados, e testados em laboratório e no local de trabalho, em concordância com as especificações técnicas e condições de trabalho do sistema. Caso contrário, a empresa contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias, para solucionar o problema, contados a partir da notificação. Se os problemas não forem resolvidos no prazo estipulado, os equipamentos serão devolvidos, e a CODEVASF deverá ser ressarcida dos valores pagos mais os custos com as instalações e adaptações realizadas pela CODEVASF.

- 10.5.** Os serviços executados e os materiais a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações técnicas; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, na falta destas, às normas internacionais; às disposições legais da União e do Governo Federal, aos regulamentos das concessionárias, à Instrução Normativa nº 01 de 09/01/2010 (que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade) e às prescrições e recomendações dos fabricantes.

## **11. INTERPRETAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

- 11.1.** Os fornecimentos e serviços, objeto da licitação, serão executados de acordo com as Especificações Técnicas e Planilha Orçamentária, Anexo I e II respectivamente, que são parte integrante desses Termos de Referência independentemente de transcrições.
- 11.2.** A licitante deverá explicitar em sua proposta quais as normas escolhidas e adotadas, além das descritas nas Especificações Técnicas e outras considerações necessárias e não mencionadas pela CODEVASF. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem uma qualidade igual ou superior à indicada nas referidas especificações.
- 11.3.** As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes técnicos que possam de algum modo, afetar o fornecimento, seus custos e prazos.
- 11.4.** Com a apresentação da proposta considerar-se-á que a licitante tenha pleno conhecimento das condições locais onde serão fornecidos os equipamentos e que tenha dirimido todas as dúvidas e esclarecimentos.
- 11.5.** Os equipamentos a serem substituídos, das estações de bombeamento, deverão ser perfeitamente adaptáveis aos “layouts” existentes e plenamente conciliáveis com as Especificações Técnicas.
- 11.6.** A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, logo implicando aceitação plena de suas condições.

## **12. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 12.1.** A licitante deverá apresentar **Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômico-financeira**, conforme legislação em vigor.
- 12.2.** A licitante deverá apresentar declaração de visita ao local onde serão executados os serviços, conforme consta no Anexo III. Declarando que se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços.
- 12.3.** A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da licitante e dos seus responsáveis técnicos junto ao CREA – Conselho Regional de

Engenharia e Agronomia competente da região a qual estiver vinculada, que comprove atividade relacionada com o objeto.

- 12.4.** A licitante deverá apresentar os atestados específicos exigidos pela Lei 8.666/93.
- 12.5.** A licitante deverá apresentar catálogos ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais do item que estiver sendo cotado (equipamento, peças ou outros), enviando-os nos mesmos prazos estabelecidos para o envio da proposta de preço atualizada.
- 12.5.1.** A não apresentação ou não aceitação pela comissão técnica de julgamento dos referidos catálogos, por não atender às especificações técnicas estabelecidas, resultará na inabilitação da proposta.
- 12.6.** A licitante deverá apresentar, na data prevista para entrega da proposta **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, em nome da licitante, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, expedida(s) por estes Conselhos, de modo que possa comprovar a sua capacitação técnico-profissional, comprovando ter executado serviços e fornecimentos similares ao objeto deste edital.
- 12.7.** Deverá(ão) constar no(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, **em destaque**, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.

### **13. PROPOSTA FINANCEIRA**

A Proposta Financeira deverá ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas e deverá conter os seguintes documentos:

- 13.1.** TERMO DE PROPOSTA, constante do Anexo IV, parte integrante destes Termos de Referência, deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira, contendo o valor global dos serviços, incluindo o BDI. O valor global dos serviços proposto pela licitante não deverá ultrapassar o valor global orçado pela CODEVASF.
- 13.2.** Nome e endereço completo da licitante, número de telefone, fax, CNPJ e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, sendo, este último, mediante instrumento de procuração que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora.
- 13.3.** VALORES UNITÁRIO E GLOBAL DA PROPOSTA, em algarismo e por extenso, sem rasuras, entrelinhas, emendas ou repetições, bem como as considerações relativas às condições específicas da proposta, variantes consideradas e demais informações necessárias à sua avaliação.
- 13.4.** PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, onde a licitante deverá apresentar, impressa em formulário próprio, com todos os seus itens devidamente



preenchidos, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante no Anexo II, que é parte integrante deste Edital, observando-se os preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF.

- 13.4.1.** Apresentar a Planilha de preços unitários e global, impressa em formulário próprio, ofertados por item, com clareza e sem rasuras, entrelinhas ou emendas.
- 13.5.** A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Orçamentária da CODEVASF.
- 13.6.** O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contado da data estabelecida para entrega das mesmas, podendo ser revalidadas por igual período.

#### **14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 14.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar (menor preço) quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante em conformidade com a documentação exigida no edital.
- 14.1.1.** Será considerada desqualificada tecnicamente a licitante que não comprovar as exigências documentais, conforme se apresenta no item 12.
- 14.2.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 14.2.1.** Ocorrendo a situação a que se refere desse item, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

#### **15. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 15.1.** Os pagamentos serão efetuados em real, após atestados os recebimentos dos equipamentos por preposto da CODEVASF, com a confirmação das características técnicas e a compatibilidade com a aplicação a qual se destina e já caracterizadas nos Termos de Referência.
- 15.1.1.** Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
- 15.1.2.** As medições deverão ser efetuadas com base no cumprimento dos eventos indicados a seguir:
- a.** 100% (cem por cento) – na entrega dos equipamentos; inspeção e testes realizados na fábrica; aprovação dos testes e inspeção dos equipamentos.



- 15.2.** As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 15.2.1.** Os documentos de cobranças indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Ordem de Fornecimento emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos fornecimentos.
- 15.3.** A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 15.4.** Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CODEVASF estará sujeito às retenções de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.
- 15.4.1.** Estando a contratada isenta das retenções referidas no subitem anterior, à comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.
- 15.5.** É de inteira responsabilidade da contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 15.6.** Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do fornecimento, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 15.7.** Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## **16. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo, os preços poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V \cdot (I - I_0) / I_0$$

Onde:

*R* – valor do reajuste procurado

*V* – valor contratual a ser reajustado

*I* – índice de custo relativo ao mês de apresentação da proposta

*lo – Índice inicial relativo ao mês de apresentação da proposta.*

Índices: Material Elétrico da FGV – cód. A1006827.

## **17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas correrão à conta do Convênio CHESF/CODEVASF nº CVNI 92.2013.0300-00, Programa de Trabalho 20.607.2013.20EY.0001 - Administração de Perímetros Públicos de Irrigação Nacional; **Fonte:** 0281; **PTRES:** 63718 sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

## **18. FISCALIZAÇÃO**

- 18.1.** A fiscalização será realizada pela CODEVASF, por intermédio de técnicos designados na forma do Art. 67 da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a contratada está executando o contrato, e os documentos que o integram, em conformidade com este Edital.
- 18.2.** A fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 18.3.** A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada inclusive rejeitando ou suspendendo quaisquer fornecimentos que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 18.4.** A fiscalização terá plenos poderes para sustar quaisquer fornecimentos que não estejam sendo executados dentro dos termos de Contrato, dando conhecimento do fato à contratada.

## **19. RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 19.1.** Após o término dos fornecimentos, a contratada requererá a CODEVASF, através da Fiscalização, o Termo de Encerramento Físico do Contrato.
- 19.2.** A Fiscalização fará as vistorias e se o fornecimento estiver de acordo com as Especificações Técnicas e Termos do Contrato e efetivamente não tendo nenhuma observação a fazer, será lavrado o Termo de Encerramento Físico do contrato.
- 19.3.** Na hipótese da necessidade de correção, verificada pela Fiscalização, será estabelecido um prazo para que a contratada providencie as correções ou acertos apontados, após o que, estando a Fiscalização da CODEVASF de acordo, será lavrado o Termo de Encerramento Físico do Contrato, sendo que

este deverá ser assinado por representante autorizado da licitante contratada e pela CODEVASF.

- 19.4.** A fatura somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 19.5.** O Recebimento definitivo do fornecimento, após a sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 19.6.** A Fiscalização da CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico do Contrato após a confirmação de que todos os equipamentos foram de acordo com as Especificações Técnicas e Contrato, nos termos do Art. 73, inciso I, da Lei Nº 8.666/93.

## **20. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1.** A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das Propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição.
- 20.2.** A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 20.3.** Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência do fornecimento do contrato.
- 20.4.** A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 20.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 20.6.** Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do Edital que regerá o processo licitatório.

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

## **ANEXO II**

### **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**ANEXO III****DECLARAÇÃO**

A EMPRESA \_\_\_\_\_,  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal ou responsável técnico abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que visitou os locais onde serão fornecidos os equipamentos, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos fornecimentos, tendo avaliado os problemas futuros e que os custos propostos cobrem quaisquer das dificuldades decorrentes de sua execução, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras para a CODEVASF.

\_\_\_\_\_  
Cidade, data

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



## ANEXO IV

### TERMO DE PROPOSTA

**DADOS DO PROPONENTE****RAZÃO SOCIAL:****CNPJ:****ENDEREÇO:****FONE/FAX:****Á****CODEVASF****SGAN/Norte, Quadra 601, Conjunto I****CEP 70.830.901 – Brasília-DF.**

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º \_\_\_\_/2013 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para os fornecimentos \_\_\_\_\_ (descrever os bens ou serviços objeto desta licitação) no município de \_\_\_\_\_, no Estado da Bahia, em conformidade com as especificações técnicas e planilha orçamentária, que compõem o Edital, pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preços que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a fornecer os equipamentos no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto a CODEVASF o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação e que visitamos o local onde serão executadas as obras/serviços e temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
EMPRESA LICITANTE/CNPJ\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL